

OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DOCENTE DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA QUE PASSARAM PELO ENSINO REMOTO NA PANDEMIA DO COVID-19

Laura Beatriz Peixoto Paiva ¹
Davi Cerqueira da Silva ²

RESUMO

A pandemia do COVID-19 que atingiu o Brasil e inúmeros países em 2020 e, conseqüentemente, cada país precisou adotar diversas medidas para combater o vírus. Essa prática agiu diretamente na vida da sociedade, sobretudo com a exigência do isolamento social como método preventivo. Para manter as atividades letivas, as Universidades públicas do Brasil aderiram ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) para todos os cursos que, até então, eram presenciais. Todavia, os estudantes das universidades públicas enfrentam numerosos desafios, como falta de equipamentos adequados para assistir aulas e realizar atividades, internet de má qualidade, ausência do suporte público a fim de condicionar a mesma ou semelhante, qualidade durante as aulas presenciais, gerando interrupções constantes, professores sem experiência no novo formato de ensino, entre outros. Nesse sentido, o estudo analisou, através de pesquisas bibliográficas, documentais e qualitativas, quais as dificuldades enfrentadas, os direitos constitucionais do estudante e como a responsabilidade governamental à universidade são fundamentais para o bom funcionamento no meio acadêmico. Para ilustrar o raciocínio, os resultados apresentaram a reflexão crítica de como os estudantes estavam seguindo a rotina acadêmica, de forma online, com os poucos recursos fornecidos para eles, assim como, a teoria legal dos preceitos políticos públicos a serem seguidos pelo poder legislativo.

Palavras-chave: Estudantes, Universidades públicas, Pandemia, Ensino Remoto Emergencial, Dificuldades.

INTRODUÇÃO

Iniciado em março de 2020, o isolamento social, condicionado pelo vírus da Covid-19, trouxe aos cidadãos brasileiros diversas trocas de rotina e novas adaptações para conviver em sociedade de forma segura, haja vista o índice de mortes por causa de um vírus local da China que, em pouco tempo, se tornou global. Nesse sentido, o governo brasileiro, aliado ao Ministério da Educação, traça novos caminhos para que os estudantes do país tenham a plena e necessária condição de acesso ao ensino.

No que se inclina aos universitários, o desenvolvimento de troca do presencial para o remoto foi condicionado por lei, trazendo ao público do espaço as políticas

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal - UF, laura.paiva.017@ufrn.edu.br;

² Graduado pelo Curso de Geografia da Universidade Federal - UF, , davicerqueira583@gmail.com;

públicas de ação para que o óbice da ausência de aulas não se transformasse em algo maior. A demanda de pessoas infectadas pelo vírus se tornou extensa, fazendo com que o ensino remoto se tornasse prolongado durante vários dias entre 2020 e 2021. O raciocínio pode ser ilustrado com a seguinte requisição governamental:

O Ministério da Educação (MEC) homologou a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que afirma que as escolas públicas e particulares do país podem oferecer ensino remoto enquanto durar a pandemia de Covid-19. O documento foi motivo de intenso debate e aguardava aprovação desde outubro. Após uma longa negociação com o ministro Milton Ribeiro, o CNE tirou a data “31 de dezembro de 2021” do texto. (CNN NEWS, 2020)

Interligado ao supracitado, no que se refere ao ensino remoto, para os estudantes universitários, há diversas demonstrações de como o reflexo da desigualdade social pode atingir de diferentes maneiras o aluno que, sem o presencial, perde todo o suporte físico e precisa se adaptar ao ‘novo normal’, para poder progredir no seu desenvolvimento acadêmico.

Trazendo o conteúdo desta pesquisa para uma linha de raciocínio geográfica, é perceptível como a globalização pode ser contemplada durante o processo de isolamento social x sociedade. A atuação da internet, tanto na rapidez de informações quanto no entretenimento do público, foi responsável por manter a ligação entre pessoas e a convivência, mesmo que online, social.

Milton Santos afirma sobre a globalização: “O mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa” (Adaptado. Por uma nova globalização, 2000, p. 37).

A afirmação do autor em torno do contexto histórico que o país vive, vai de acordo com a totalidade de ações na qual o brasileiro passou durante o episódio pandêmico, isso sem contar com a desigualdade social que se acentuou ainda mais no território. Logo, ao interligar a globalização com as ações humanas, é perceptível como isso atinge diretamente, também, a universidade e o estudante.

Segundo FREIRE (1973), a Educação pode dirigir-se a dois caminhos: para contribuir para o processo de emancipação humana, ou para domesticar e ensinar a ser passivo diante da realidade que está posta. Assim, a educação deve também ter agentes que se posicionem diante da realidade, que optem pela construção de um saber

comprometido com a maioria popular, ou que fiquem alheios a essas questões e contribuam para a manutenção das desigualdades.

A opção majoritária das instituições educacionais parece seguir claramente os padrões neoliberais e apresenta, portanto, uma dependência em relação às demandas do mercado de trabalho, o que coaduna com um processo educativo fragmentado da realidade, com sentido, apenas, para ser aplicado à lógica dominante, geradora da passividade e da submissão aos valores consumistas, mas que se apresenta, por outro lado, com um discurso "humanista" e "democrático" da escola cidadã (FREIRE, 1973; 2001; 2003; TONET, 2005).

No processo de formação docente, a contribuição universitária como capacitadora de informações e práticas educacionais, se torna responsabilidade governamental que, a longo prazo, trará o retorno de qualidade com profissionais capacitados da melhor maneira para avançar nos estudos e formação de estudantes da nova geração.

A partir disso, vale ressaltar as demandas diferentes que houve, tanto no suporte dos discentes, quanto no psicológico de cada um. Comprovadamente, o isolamento social condicionou diversos traumas mentais que se comportaram como bloqueadores de interação e absorção do conteúdo, dificultando uma jornada que, socialmente, já é difícil. É importante fazer uma ressalva de que antes da pandemia já estava presente no meio acadêmico, a desigualdade social e suas implicações e o fator 'x' de ausências práticas das políticas públicas para o universitário brasileiro.

A saúde psíquica está relacionada ao quanto o indivíduo consegue realizar suas habilidades cotidianas e se adaptar ao estresse habitual presente na vida, ainda ser produtivo e contribuir com sua comunidade (GALDERISI et al., 2015). Entende-se que saúde mental é essencial tanto para o individual quanto para o coletivo, para o processo do pensamento, das emoções e das interações. Deste modo, a promoção, proteção e restauração da saúde mental são indispensáveis para a qualidade de vida (WHO, 2018)

Depreendendo-se nisso, e com base em teorias de Tonet (2005), Paulo Freire (1973; 2001; 2003), Galderisi (2015), Who (2018), Holanda et al (2013), Carneiro et al (2020), Milton Santos (2000), Freire (1973, 2000), Galderisi (2015), Who (2018), Holanda (2013), Carneiro (2020), Moraes; Lopes (2020), Dias; Pinto (2020) Jowsey (2020), Andifes (2020), Garcia (2020), Alves (2020), Morgan (2020), Libâneo (1989), entre outros, o artigo traz a visão teórico bibliográfica de como a universidade pública é

importante para o funcionamento social, pessoal e de realização profissional para aqueles que, por causa da desigualdade social, não teriam chance de ingressar no ensino superior.

Diante desse novo cenário educacional, o objetivo do presente trabalho é compreender sobre as barreiras que os estudantes de licenciaturas suportaram frente à pandemia de COVID-19, além do uso das tecnologias como mediadoras do processo de ensino-aprendizagem, com ênfase no ensino das universidades públicas, considerando os desafios impostos à educação superior no Brasil. Ao refletir sobre a atual situação do Brasil, é necessário que haja meios de diálogos para a responsabilização de consequências futuras que poderiam ser evitadas se o trabalho como um todo fosse inclusivo, capacitador, instigante, responsável e acessível.

METODOLOGIA

A metodologia usada no artigo é de caráter bibliográfico, documental e qualitativo com intenção de dar a oportunidade de análise profunda sobre como o ensino remoto, para os licenciandos da universidade pública, pode ser compreendida durante o período remoto. Além disso, salientar através da leitura ativa, o pensamento crítico de autores que trazem uma perspectiva de fatos que envolvem como o mundo se inclina para a educação superior de qualidade, ou não.

O cerne da questão, é trazer no artigo como a pandemia implicou no desenvolvimento estudantil de universitários que, futuramente, estarão em salas de aula para compor o corpo docente de uma escola. A partir disto, inclina-se o pensamento para como a dicotomia de formação dos discentes que estiveram no formato presencial e concluíram com êxito a formação e, os alunos do remoto, que com diversos empecilhos entraram no estilo de aula obrigatório do ‘novo normal.’

REFERENCIAL TEÓRICO

A nova era que chegou associada a propagação da internet trouxe inúmeras transformações em todos os setores da sociedade, na educação não foi diferente. De acordo com Holanda et al (2013, p. 508):

Com a compreensão de que a sociedade atual constitui, mais e mais, práticas culturais com base nas TIC, há um campo promissor que impõe refletir sobre os elementos que têm subsidiado aquilo que podemos denominar de “cultural digital”. Se as tecnologias são expressões desses fazeres, e os sujeitos praticantes 509 Katia Morosov Alonso e Danilo Garcia da Silva Educ. Soc., Campinas, v. 39, n.º. 143, p.499-514, abr.-jun., 2018 dessa “cultural digital”, constituintes e constituídos por essa cultura, a educação com tecnologias nada mais é que um desses campos humanos em que as relações estão alicerçadas em práticas culturais digitais.

Ainda na década de 1990, algumas instituições de ensino começaram a dispor seus materiais de maneira virtual, nítido que apenas para a parcela da população que tinha acesso e que se enquadra longe da proporção dos dias atuais. Foi nesse período que o MEC (atual Ministério da Educação e antigo Ministério da Educação e Cultura), criou a Secretaria de Educação à Distância (SEED) através do Decreto n.º 1.917, de 27/05/1996. Logo mais, houve a sanção da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), N.º 9.394/96 que houve a normatização do ensino à distância (EaD) como modalidade oficial, sendo esta supervisionada e reconhecida pelo MEC.

Nesse viés que, durante a pandemia do COVID-19, houve a adoção do modelo denominado Ensino Remoto Emergencial (ERE), sendo implementado pelas instituições públicas de ensino, compreendendo que há possibilidade de manter o processo de ensino e aprendizagem de maneira virtual e flexibilizada. Todavia, o EaD possui largas diferenças com o ERE, sendo elas desde a forma como a modalidade é aplicada na prática quanto no contexto socioeconômico em que o estudante está inserido. De acordo com o parecer do CNE/CP n.º 5/2020, é frisado que:

É importante considerar as fragilidades e desigualdades estruturais da sociedade brasileira que agravam o cenário decorrente da pandemia em nosso país, em particular na educação, se observarmos as diferenças de proficiência, alfabetização e taxa líquida de matrícula relacionados a fatores socioeconômicos e étnico-raciais. Também, como parte desta desigualdade estrutural, cabe registrar as diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas famílias. Além disso, é relevante observar as consequências socioeconômicas que resultarão dos impactos da COVID-19 na economia como, por exemplo, aumento da taxa de desemprego e redução da renda familiar (BRASIL, 2020a, p. 3).

No que diz respeito à Educação a Distância, compreende-se que para um indivíduo adentrar na modalidade, alguns pré-requisitos básicos são necessários, pois estes tornarão possível a formação a distância possível, como exemplo, é possível citar:

acesso básico à internet, disponibilidade de recursos tecnológicos para acesso às plataformas online de aula e atividades, habilidade ou aptidão com ferramentas digitais para assegurar o processo de aprendizagem, entre outros.

Entretanto, a adoção do ERE, de certo modo, foi algo inesperado. Os estudantes e docentes não obtiveram um tempo hábil para preparação geral. Quando um estudante obtém sua vaga e se matricula em uma universidade pública, ele possui o acesso às aulas, a internet, computadores, biblioteca para consulta de livros e estudo, restaurante universitário (RU), entre outros serviços que são disponibilizados. Logo, no momento em que o formato presencial foi substituído, devido às circunstâncias, pelo formato remoto, muitos estudantes viram-se desamparados em relação a como iriam manter suas atividades acadêmicas sem instrumentos tecnológicos e espaços adequados para estudo.

É preciso salientar que público principal das universidades públicas do Brasil, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), 70,2% dos estudantes das universidades federais brasileiras são de baixa renda, com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo por mês.

É válido colocar em pauta que houve fornecimento de auxílios para uma parcela de estudantes que se enquadram como alunos prioritários, contudo ainda não foi o suficiente para suprir todas as necessidades dos estudantes que precisam de computadores/tablets de qualidade (os quais os preços tiveram grandes acréscimos durante o contexto pandêmico), local adequado para estudo em casa (levando em consideração que não há mais biblioteca disponível para a função), internet com acesso rápido e de qualidade para assistir aulas e produzir trabalhos acadêmicos sem interrupções, etc.

Outro ponto que não deve ser menosprezado é a falta de conhecimento tecnológico por parte dos docentes.

Certamente, que fatores relacionados a não disseminação da cultura do ensino à distância e também o não preparo dos docentes para tal finalidade são fatores relevantes, não mensurados neste trabalho, mas que de fato as desigualdades de renda e regionais são intervenientes neste cenário de baixa adesão e eficácia do uso de tecnologias de educação à distância diante da pandemia da Covid-19. (Carneiro et al, 2020, p.15)

Estes que não possuíam técnicas suficientes para fazer do ambiente virtual, uma sala de aula construtiva para o desenvolvimento dos alunos, assim como também não tiveram tempo para a transição dos materiais e métodos que os mesmos aplicavam

presencialmente modificarem tudo para o formato remoto. Dando início, em muitos casos, a uma metodologia improvisada, sem planejamento prévio e dando assim prosseguimento com aulas e atividades medíocres.

Para isso, a universidade, no dizer de Ristoff (2020), deve assumir papel de liderança em relação ao enfrentamento dos desafios da atualidade, referentes à segurança alimentar, a mudanças climáticas e à saúde pública, entre outros, cabendo ao Estado investir fortemente para viabilizar tais ações, lembrando, ainda, que o conhecimento necessita, para avançar, de investimento público, decisivo e continuado e, para o autor, o campus do futuro não será um lugar, mas uma rede, que fará parte de inúmeras outras redes já espalhadas mundo afora. O questionamento para isto é se há o suporte adequado para o condicionamento de resolução ao enfrentamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DISTANCIAMENTO SOCIAL E A ADESÃO AO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Iniciado na China e, por precaução, iniciado nos outros lugares do mundo, o distanciamento social foi um fator relevante para que os casos de Covid-19 diminuíssem. Nesse sentido, cada grupo social teve que passar por adaptações diferentes, para que o controle pudesse ser algo ativo e em conjunto com as diretrizes do isolamento que, inicialmente, foi chamado de quarentena.

Diante desses aspectos percebe-se que é de total importância compreender as causas desta doença, assim como seu modo de contágio e possíveis formas de prevenção, bem como a compreensão dos impactos da COVID-19 na economia, nas famílias, e noutras esferas sociais como educação, que por sua vez, sofreu mudanças rigorosas (MORALES; LOPES, 2020).

A globalização, por meio da interligação com o sistema capitalista, foi um grande fator expositor de como a sociedade é vulnerável, assim como, as políticas públicas governamentais devem ser efetivas. No período de isolamento, tudo foi muito intenso, logo, diversas pessoas se inserem no único meio que permitiam o coletivo estar ‘presente’: a internet.

Nesse processo de intensificação na internet, para o estudante, foi condicionada a visão ainda mais profunda dos tipos de tratamento, o modo de vida, o funcionamento social e a salvação momentânea que a longo prazo se tornou igual, monótona, e findou adoecendo uma porcentagem grande.

As instituições tiveram que se adaptar ao momento, pois a crise gerada pela COVID19 resultou no encerramento temporário das aulas e afetou mais de 90% dos estudantes do mundo (DIAS; PINTO, 2020).

Esses encerramentos levaram a muitos desafios. Faculdades e universidades aderiram às normativas recomendadas pela Portaria nº 345/2020 do Ministério da Educação, que assente em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, de modo a dar continuidade ao semestre e, conseqüentemente, ao ano letivo (JOWSEY et al., 2020). Diante disso, fez-se uso do ensino remoto emergencial.

Esse movimento, de viabilização do ensino por meio das tecnologias, recebeu várias denominações nesse contexto, predominando o uso do termo Ensino Remoto Emergencial. No entanto, faz-se importante ressaltar, que todos esses termos designam a alternativa pedagógica implementada pelas IES, no contexto da pandemia de Covid-19, em que as atividades de ensino e de aprendizagem passaram a ser realizadas por meio de espaços virtuais e com o uso de recursos digitais. (ANDIFES, 2020)

O ensino remoto, como recurso tecnológico, passou a referenciar-se em plataformas que serviriam para outros fins, além dos educacionais. Passou a utilizar ferramentas auxiliares e práticas inovadoras. Seu limite tem como fronteira as habilidades e estratégias adotadas pelos professores cujo acesso aos recursos encontra-se disponível.

Os educadores passaram a ministrar o conteúdo das suas aulas por meio de plataformas como, SIGAA, MOODLE e aplicativos como Hangouts, Meet, Zoom ou redes sociais (GARCIA, et al., 2020). Em função da Pandemia, o ensino remoto se popularizou no mundo. As aulas passaram a acontecer por meio de atividades em plataformas digitais assíncronas e síncronas em encontros semanais.

Assim, foi dado prosseguimento ao cronograma de ensino vigente antes do distanciamento imposto pela pandemia COVID-19. Em geral, as aulas seguiram o critério das metodologias utilizadas no regime presencial, nos mesmos horários e com os mesmos professores responsáveis pelas disciplinas (ALVES, 2020). Entretanto, nem

todas as instituições possuem sistemas de aprendizagem online, uma situação que provavelmente contribuirá para contratempos no processo de ensino (MORGAN, 2020).

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA PANDEMIA

Sem o atual nível de desenvolvimento dos meios de comunicação e informação, a pandemia do COVID-19 poderia ter sido um fator ainda mais complicado quando se trata do processo de formação docente. Contudo, diversos fatores devem ser levados em consideração antes de pensar que só a existência tecnológica será a solução dos problemas.

É necessário compreender a realidade vivida pelos estudantes e também pelo corpo docente, para assim realizar uma análise para futuros aprimoramentos. Sabe-se que o ensino remoto emergencial foi um modo encontrado para diminuir os prejuízos na educação superior enquanto sua forma presencial estava estagnada. Porém surge o questionamento: Como fazer acontecer o ERE se ambas as partes envolvidas não estão habilitadas para tal?

O vínculo entre o processo de ensino (seja ele na educação básica ou superior) e a tecnologia ainda é um tema bastante discutido e não é bem implementado na realidade da educação brasileira. É incontestável que uma abundante parcela dos profissionais da educação sempre manteve suas aulas da maneira convencional, seguindo a tendência pedagógica tradicional (LIBÂNEO, 1989) não estando atentos aos benefícios que os meios digitais podem proporcionar ao processo educativo escolar, logo, até surgir a demanda na pandemia, não havia busca ou interesse para aprender e desenvolver ferramentas digitais de apoio ao ensino. Com a chegada do ensino remoto, a necessidade de recorrer às tecnologias como única ferramenta foi essencial e, infelizmente, a docência das universidades públicas não estavam preparadas para essa função.

Ademais, os docentes e suas dificuldades tecnológicas tornaram-se apenas um fator a ser somado nas dificuldades enfrentadas pelos discentes, seja na ausência de tecnologias ou na dificuldade em usá-las. Além das aulas no formato remoto, com cada participante em ambientes distintos, muitas vezes sem espaço tranquilo para assistirem às aulas, a conexão da internet de cada participante sendo diferente, e a má qualidade da mesma dificultaram na participação e no acesso às informações. Freire (2000, p. 27)

afirma: "O futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo", logo faz-se possível relacionar como ultrapassar essa barreira tecnológica que existe na educação do Brasil está sendo e ainda pode ser um processo árduo por um incerto período de tempo.

Com o processo de ensino e aprendizagem repleto de empecilhos, é simples compreender que o estímulo para participar e produzir na vida acadêmica é reduzido. A monotonia da tendência tradicional viabilizada por meio de uma tela, torna-se exaustiva e se não bem formulada, o discente encontra-se ali à mercê do desinteresse. Para culminar, é preciso levar em consideração a realidade das licenciaturas do Brasil, que em predominância, atinge o público que necessita dividir o seu tempo entre trabalho e universidade, sendo essa necessidade aprofundada com o advento da pandemia, tornando precoce o ingresso de muitos estudantes no mercado de trabalho.

De acordo com Maier et al (2016):

A opção pela utilização do conceito de trabalhador-estudante surgiu a partir do conceito de que este depende financeiramente e colabora para o orçamento doméstico. A família não dispõe de recursos para mantê-lo. Portanto, estudar é um projeto que depende unicamente de sua disposição pessoal, de suas aspirações e recursos financeiros, embora, às vezes, venha acompanhado de incentivo da família.

A partir disso, questiona-se: qual a perspectiva do estudante de licenciatura a respeito de formação docente, a julgar por sua condição pré, durante e pós fase pandêmica. Com a sobrecarga de funções, o aluno não desenvolve de forma totalmente satisfatória. Com tantos afazeres relacionados à vida cotidiana, o tempo designado para estudar além da sala de aula fica restrito e durante a aula, árduo devido ao cansaço. Segundo Mercuri (1992), a falta dessas condições pode provocar dificuldades para o aluno na viabilização de um estudo eficiente, conseqüentemente, provocando perdas para a aprendizagem dos alunos que trabalham.

Em decorrência dos pontos supracitados, houve o acréscimo no percentual de evasão nas universidades públicas do Brasil. É de saber comum que a evasão é um problema que marca a história da história do ensino superior do Brasil, contudo a pandemia do COVID-19 também ampliou de forma significativa esse problema.

Vale ressaltar, ainda, que as condições impostas diante o isolamento social, que caracterizou a maior exposição de desigualdade social no Brasil, atingiu diretamente a saúde mental dos estudantes que, a partir dos meios em busca da sobrevivência, não se

tornaram apenas estudantes do remoto, mas sim trabalhadores do Home Office, atuantes familiares e construtores presentes e ativos das responsabilidades residenciais do local em que morava.

A geografia, por exemplo, condiciona o entendimento da relação entre o homem e a natureza, podendo ser um exemplo da manifestação reprodutora do pensamento que condiciona o discente a perceber como as percepções de perspectiva, práticas não mais atuantes, situação de vulnerabilidade social do país e pouco trabalho para mudanças atinge o seu psicológico, fazendo-o ter traumas antes não visto.

Chuang, Wang, Kug e Wang (2011), cita que o estado emocional positivo tem um efeito positivo sobre os estilos colaborativos, enquanto o estado emocional negativo tem um efeito negativo sobre o estado competitivo e a evitação, ou seja, um parâmetro de como a universidade é um espelho para o comportamento do aluno. Ao oferecer o suporte, ela precisa estar em boa ordem para isso.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A UNIVERSIDADE

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB) trata a Universidade a partir do ensino, da pesquisa, da extensão, indissociáveis, e da pós-graduação. O que se espera é que a Universidade cumpra a função social de formar profissionais e cidadãos; proporcionar a produção do saber e cultivar pesquisas nas áreas do conhecimento científico, tecnológico e cultural.

Vale ressaltar os programas governamentais que propiciam o progresso da comunidade acadêmica e façam com que haja medidas beneficiadoras de inclusão do estudante e preparação para o mercado de trabalho, protagonizando no socio espaço as condições favoráveis para.

Para Trigueiro (1999) a Universidade é uma instituição na qual convivem corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo, com a inclinação em atender seus próprios objetivos, construindo e reforçando a identidade universitária: ensino, pesquisa e extensão. A tríade que identifica a universidade como um espaço no qual nasce, cresce e se fortalece o conhecimento e sem a qual a própria instituição não existiria.

Mas ainda cabem questionamentos: O que é universidade? Qual sua função enquanto instituição social? Na tentativa de responder, lembremos de Teixeira (1997) que de maneira poética trata a universidade como uma casa na qual saciamos nossa sede pelo saber e desejos de melhorar, como um espaço privilegiado no qual o conhecimento nasce ou se revigora.

É necessário a visualização de como a universidade tem um papel fundamental no processo de formação social e de desenvolvimento dos progressos práticos à abertura de ações coletivas que englobam e se enfocam no melhor para que a sociedade seja ascendida do que é previsto perante as leis constitucionais. Nesse sentido, é nítido que o processo de troca entre a população e academia universitária são condicionantes do serviço consequente das ações dos órgãos públicos.

Para Santos (1999, p. 93) devido à configuração socioeconômica e cultural mundial globalizada, é consenso que para um país atingir maior desenvolvimento e melhor qualidade de vida, necessariamente precisa que todos os indivíduos tenham acesso à educação, considerando-se que nesse modelo a relação trabalho/educação ganha tônica especial no que se refere aos programas de qualificação, capacitação, profissionalização etc. direcionados especialmente para o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar na universidade é defrontar-se com um mundo singular, onde o estudante deve adaptar-se para conseguir permanecer ali. O ambiente vem com regras distintas, horários não convencionais, metodologias diversas de aula e avaliação, logo essa adaptação torna-se essencial haver, de fato, uma incorporação do aluno e uma formação de qualidade. Já em uma realidade pandêmica, repleta de mudanças incomuns, é de suma importância evidenciar como os estudantes universitários de licenciaturas desdobraram-se além do previsto e considerado “normal” para dar prosseguimento aos seus cursos.

Um ponto de destaque nas dificuldades enfrentadas pelos discentes foi em relação ao cansaço físico e mental, este afetando diretamente o rendimento no curso, este sendo gerado pela junção de uma jornada de trabalho exaustiva associada com as

aulas do Ensino Remoto. Ressalto que essa discussão através das dificuldades também abre espaço para o aprofundamento das fragilidades do Ensino Remoto no Brasil.

A universidade pública tem o dever de refletir acerca dos desafios vivenciados pelos estudantes, para que, dessa forma, consiga promover uma formação formidável. Isto pois, conforme o estudante possui um trajeto acadêmico, o maior envolvimento da universidade pode apresentar condições básicas para o discente não evadir e prosseguir no curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. 12.711/12. Lei Federal no 12. 711.. 29 ago. 2012.

BRASIL. 12.711/12. LDB 9.9394 - MEC. 20 dez. 1996.

BRASIL. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Brasília: [s.n.]. Disponível em:

BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004

ADACHI, A. Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/FaE,(Dissertação de Mestrado), 2009.

BRASIL – Poder executivo – Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. Parecer N. 015 de 2020

ALONSO, Katia Morosov (org.). A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO ON-LINE: O CENÁRIO DAS PESQUISAS, METODOLOGIAS E TENDÊNCIAS. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/> Acesso em: 02 maio 2022.

BRASIL – Poder Executivo – Ministério da Educação. Portaria N. 1.30, de 1 de dezembro de 2020.

BRASIL – Poder Executivo – Ministério da Educação. Portaria N. 1.038, de 07 de dezembro de 2020

Mercuri, E. (1992). Condições Espaciais, Materiais, Temporais e Pessoais para o Estudo. Segundo Depoimentos de Alunos e Professores de Cursos de Graduação da Unicamp. **Tese de Doutorado**, Faculdade de Educação, UNICAMP.

_____. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000

CARNEIRO, Leonardo de Andrade; RODRIGUES, Waldecy; FRANÇA, George; PRATA David Nadler. Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em

tempos de pandemia COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, jun./jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP Nº5/2020, Brasília, DF: Ministério da Educação, 28 abr. 2020a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index>. Acesso em: 02 de abril de 2022.

DIAS, É.; PINTO, F. C. F. A. A Educação e a Covid-19. Ensaio: Disponível em., Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 545-554, Set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104. Acesso em 02 abr. 2022.

LIBÂNIO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

GARCIA, T. C. M. et al. Ensino remoto emergencial: proposta de design para organização de aulas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), v. 18, p. 1-17. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/29767/1/ENSINO%20REMOTO%20EMERGENCIAL_proposta_de_design_organizacao_aulas.pdf Acesso em 02 de mai. 2022.

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. Interfaces Científicas-Educação, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047> Acesso em 02 de mai. 2020

MORGAN, H. Best Practices for Implementing Remote Learning during a Pandemic. The Clearing House: A Journal of Educational Strategies, v. 93, e.3, p.135-141. 2020. <https://doi.org/10.1080/00098655.2020.1751480>